

## A Categoria “Questão Social”: perspectivas teóricas nas Ciências Sociais e no Serviço Social Brasileiro

### The Category “Question Social”: theoretical perspectives in Social Sciences and Brazilian Social Work

Ângela Kaline da Silva Santos<sup>1\*</sup>, Deise Moreira Cavalcante<sup>1</sup>, Janaína Nunes da Silva<sup>1</sup>,  
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida<sup>1</sup>

---

#### RESUMO

O presente artigo propõe-se desenvolver um levantamento bibliográfico das principais teses sobre a questão social nas ciências sociais e no serviço social brasileiro com o intuito de indicar o estado da arte da categoria questão social. Essa categoria teórica é um dos principais eixos teóricos na formação do Serviço Social, entretanto, não é exclusiva à essa área de conhecimento, tendo grande incidência nas Ciências Sociais. Tipifica-se como uma pesquisa bibliográfica desenvolvida mediante a utilização da metodologia do estado da arte. Trabalharemos com a tese de Robert Castel (2000), uma das principais teses sobre a temática e com grande incidência no Brasil. No Serviço Social, optamos por trabalhar com as teses de Marilda Yamamoto (2001) e Josiane Soares Santos (2012).

**Palavras-chave:** Questão Social; Sociedade Salarial; Lei da Acumulação Capitalista; Serviço Social; Estado da Arte.

---

#### ABSTRACT

This article intends to develop a bibliographical survey of the main theses on the social question in the social sciences and in the Brazilian social work, aiming to indicate the state of the art of the social category. This theoretical category is one of the main theoretical axes in the formation of Social Work, however, it is not exclusive to this area of knowledge, having great specialization in Social Sciences. It is defined as bibliographic research developed using the state of the art methodology. We will work with the thesis of Robert Castel (2000), one of the main theses on the subject and with great incidence in Brazil. In social work, we chose to work with the theses of Marilda Yamamoto (2001) and Josiane Soares Santos (2012).

**Keywords:** Social Question, ; Wage Society ; Capitalist Accumulation Law ; Social Work ; State of Art.

---

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba - PPGSS/UFPB.

\*E-mail: [s.social.angela@gmail.com](mailto:s.social.angela@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe-se desenvolver um levantamento bibliográfico das principais teses sobre a questão social nas Ciências Sociais e no Serviço Social brasileiro com o intuito de indicar o estado da arte da categoria questão social. Essa categoria teórica é um dos principais eixos teóricos na formação do Serviço social, entretanto, não é exclusiva à essa área de conhecimento, tendo grande incidência nas Ciências Sociais.

Trabalharemos com a tese de Robert Castel (2000), sociólogo francês, pois está é uma das principais teses sobre a temática e com grande incidência no Brasil. No Serviço Social, optamos por trabalhar com as teses de Marilda Iamamoto (2001) e Josiane Soares Santos (2012). Apesar da escolha dos três autores acima como centrais para debatermos a categoria questão social, mediaremos o debate com outras elaborações teóricas importantes que se debruçam sobre a categoria questão social.

Metodologicamente, esse artigo foi elaborado por meio da pesquisa bibliográfica desenvolvida mediante a utilização da metodologia do estado da arte. Esse tipo de pesquisa possibilita verificar as tendências da produção do conhecimento sobre uma temática ou área de conhecimento, como indica Ferreira (2002, pg. 258) esse tipo de pesquisa traz “o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento”.

Segundo Mota (2010), embora haja textos e documentos profissionais que referencie a questão social antes da denominada “intenção de ruptura”<sup>2</sup>, a emergência da discussão teórica da questão social e a relação com Serviço Social data dos anos de 1980. A publicação em 1982 da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de Marilda V. Iamamoto e Raul de Carvalho marcam esse período, e, a partir das décadas seguintes, “[...] tais discussões ganham extensão e aprofundamento, passando a envolver a temática do trabalho” (pg. 33).

Fica evidente o impacto da discussão sobre questão social em 1995 com a aprovação da “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional”<sup>3</sup>. Houve uma

---

<sup>2</sup> Abalizada nas interlocuções do Serviço Social ao legado marxista, embora, essa aproximação tenha se dado, inicialmente, de forma reducionista e enviesada. Esse processo que data dos anos de 1970 marca a ruptura do Serviço Social com o conservadorismo tradicional da profissão desde os anos de 1940.

<sup>3</sup> Na XXIX Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS/ convertida para ABEPSS) ABESS- Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, convertida para ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

ampliação do debate por meio das “oficinas de trabalho” da ABESS e foi estruturado as “Diretrizes Curriculares para o Curso do Serviço Social”, onde “[...] a questão social é posta como eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional e esta última deve ter em vista formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social” (MOTA, 2010, pg. 33).

Apesar da categoria questão social ter todo esse peso na formação do serviço social, na pesquisa e produção do conhecimento, ela não é exclusiva da área do conhecimento do Serviço Social, outras áreas do conhecimento também pesquisam e possuem elaborações teóricas sobre ela. Entretanto, as matrizes teóricas metodológicas utilizadas pelos pesquisadores vão dar entendimentos diferenciados sobre a questão social, e, sobre as políticas de enfrentamento a suas expressões.

No Serviço Social, a matriz teórica marxiana e marxista é hegemonicamente a base teórica e metodológica de compreensão da realidade. A análise do que é a questão social se materializa na lei da acumulação capitalista, já que o termo questão social não é próprio dessa tradição teórica. Esse não é caso da produção sobre questão social em outras áreas do conhecimento científico.

## **A TESE DA CRISE DA SOCIEDADE SALARIAL DE ROBERT CASTEL**

Um dos autores mais referenciados quando tratamos sobre a questão social é o Robert Castel (1933 – 2013) - Sociólogo Francês, reconhecido pelas suas análises sobre o mundo do trabalho, questão social, políticas sociais etc.<sup>4</sup>

Castel (2000)<sup>5</sup> tem como referência a situação da Europa Ocidental, especialmente a França. Na sua hipótese sobre a questão social, ele traz elementos do início da industrialização e a questão social expressa sobretudo pelo pauperismo do proletário, e defende uma “nova questão social” expressa pela degradação da sociedade salarial

---

<sup>4</sup> Suas obras mais reconhecidas são “Insegurança Social. O que é ser protegido?” (Petrópolis: Vozes, 2005), e “As metamorfoses da Questão Social” (Petrópolis: Vozes: 1998).

<sup>5</sup> Para compreendermos o pensamento do autor sobre a questão social, utilizaremos o artigo “As Transformações da Questão Social”, que foi redigido da palestra que o autor proferiu no Seminário Internacional “A questão social no contexto da globalização”, realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em outubro de 1996. Esse artigo foi publicado no Livro “Desigualdade e a Questão Social” publicada pela EDUC- Editora da PUC – SP, em 2000.

montada nos 30 anos gloriosos. Ou seja, o autor defende que há uma nova questão social com bases diferentes daquela antiga questão social da primeira metade do século XIX.

Mas o que seria para Castel a questão social e por que temos uma nova questão social? Nas palavras do autor a definição de questão social é, “[...] como uma aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura” (2000, pg. 238).

Partindo dessa conceituação onde a questão social é “uma dificuldade central” que coloca em risco a “coesão” da sociedade, podendo gerar uma fratura social, Castel (2000) ilustra que a questão social foi colocada pela primeira vez em 1830, no início da industrialização. A “dificuldade central” apresentada nessa época seria o pauperismo que o proletariado era acometido nos centros industriais, onde os trabalhadores empregados viviam em condições de miserabilidade e havia aqueles que não conseguiam ser integrados no trabalho, que são “[...] essas populações flutuantes, miseráveis, não socializadas, cortadas de seus vínculos rurais e que ameaçam a ordem social”. (pg. 239)

Essa questão social, cuja expressão é o pauperismo, teria sido “superada” pela denominada sociedade salarial. De acordo com Castel (2000), o trabalho assalariado nos países europeus significava uma condição de miserabilidade. É a partir da metade do segundo XX, após a Segunda Guerra Mundial que as economias industrializadas vão montar o que chamamos de *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), baseados no modelo fordista/keynesiano e no pacto de classes entre capitalista e trabalhadores, com a intervenção do Estado. É nessa construção que o trabalho assalariado deixa de ser uma condição de miserabilidade e por meio de leis trabalhistas, direitos e garantias sociais, passa a ser uma condição de proteção e status (cidadania).

A sociedade salarial,

Não é somente uma sociedade na qual a maioria da população é assalariada, ainda que seja verdade. [...] Mas, uma sociedade salarial é sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais têm sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade. (CASTEL, 2000, pg. 243)

Ressalta-se que, a exploração, injustiças e bolsões de pobreza continuaram a existir, pois, a sociedade salarial não é igualitária, há uma forte hierarquização social. Contudo, “[...] cada indivíduo desfruta de um mínimo de garantias e de direitos” (CASTEL, 2000, pg. 243).

Entretanto, a partir dos anos de 1970, com a grande crise do capital, essa sociedade pautada na proteção ao trabalho assalariado, sofre os impactos do processo de mundialização da economia, onde, para aumentar a concorrência e competitividade, o trabalho passa a ser alvo de redução de custos minimizando o valor da força de trabalho ao mesmo tempo que maximaliza sua produtividade.

A degradação da sociedade salarial dar-se com a flexibilização das relações de trabalho, com contratos de trabalho temporários, flexibilização interna das empresas que impõe aos seus trabalhadores novas situações e expulsam aqueles que não se adapta, e a flexibilização externa “[...] que conduz a subcontratar fora da grande empresa uma parte das tarefas, mas, em geral, sob condições mais precárias, menos protegidas e com menos direitos”. (CASTEL, 2000, pg. 247)

Esse cenário de precarização do trabalho pela degradação da sociedade salarial é o quadro da chamada “nova questão social” na França e nas sociedades europeias. Castel (2000) aponta três características principais: 1) desestabilização dos estáveis – são os trabalhadores que tinham uma posição de estabilidade, mas, que agora, se encontram fora dos circuitos produtivos; 2) instalação da precariedade – que vem atingindo principalmente os mais jovens com o desemprego, trabalho temporário, alta rotatividade de empregos, ajuda social; 3) e o redescobrimo pelas sociedades europeias dos sobrantes, “[...] pessoas que não têm lugar na sociedade, que não são integrados” (pg. 254)

Um dos pontos centrais para entendermos a diferença da tese do Castel sobre a questão social em relação a tese hegemônica no serviço social é os fundamentos teóricos metodológicos. Castel (2000) se fundamenta no pensamento positivista quando afirma que a questão social é uma “dificuldade central” onde uma sociedade sofre o risco de ruptura, o autor trabalha com a noção de uma harmonia social pela coesão na sociedade, herdada do pensamento de Emile Durkheim. Mota (2010, pg. 44) assevera que a tese de sobre questão social de Castel “[...] abre a via para tematizá-la para além e para aquém da ordem do capital – é possível localizar a questão social em qualquer sociedade onde contradições e tensões ponham em jogo os vínculos sociais”.

É importante destacar, que o autor reconhece, como diz Pastorini (2010, pg. 72) “[...] que as transformações do trabalho são resultado da reestruturação internacional do capitalismo nas últimas décadas”, mas, centralizada sua atenção na coesão social.

Quais seriam as medidas de proteção social para essa “nova questão social” expressa pela precarização do trabalho e pela existência dos sobrantes? Castel defende

que o Estado não pode ser substituído no seu papel de regulador, mas, a intervenção do Estado para manter a coesão deve se pautar numa dinâmica onde o trabalho não seria mais o grande integrador social. Dessa maneira, o Estado em vez de centrar em políticas de integração coordenadas para todos os cidadãos, deve se voltar para políticas de inserção pautada de lógica de discriminação positiva, de políticas focalizadas. (PASTORINI, 2010)

## **A CATEGORIA QUESTÃO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

O Serviço Social emerge como profissão através das transformações societárias processadas no estágio do capitalismo monopolista. As transformações no trato da “questão social” por meio da intervenção do Estado através das políticas sociais configuram o espaço sócio-ocupacional para os profissionais do Serviço Social.

A institucionalização do Serviço Social não se esgota em sua relação com a “questão social” de forma abstrata, mas essa indicação é imprescindível para contextualizar a história que torna possível a emergência da profissão. O reconhecimento político da questão social pelo Estado, e as condições históricas do período do capitalismo monopolista são a base da emergência da profissionalização do Serviço Social.

A questão social como categoria teórica no Serviço Social no Brasil se desenvolve pelo adensamento teórico a partir do final dos anos de 1970, especialmente com uma resistência ao pensamento conservador funcionalista e positivista de reatualização conservadora fenomenológica, em virtude da aproximação e aprofundamento teórico do legado marxista.

Há vários autores no Serviço Social que trabalham com a categoria “questão social”, principalmente entre os anos de 1970 a 1990. Contudo, levando em consideração a proposta do artigo, que é fazer um pequeno levantamento do estado da arte da categoria supracitada, faremos a discussão da questão social no serviço social utilizando duas autoras: Iamamoto (2001) e Santos (2012).

A tese que Iamamoto (2001) se fundamenta considerando a questão social “[...] indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas” (pg. 11). A expressão “questão social” não é própria do universo marxiano, contudo, “[...]”

os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista” (pg. 11).

Iamamoto (2001) argumenta que a gênese da questão social na sociedade capitalista está relacionada ao processo de acumulação, a reprodução ampliada no capital. Com o avanço da acumulação, o aumento da produtividade se tornar base extremamente necessário à acumulação, “[...] operando-se uma mudança na composição técnica e de valor do capital” (IAMAMOTO, 2001, pg. 14), com o investimento maior em capital constante, meios de produção mais eficientes, que reduz o tempo de trabalho socialmente necessário na produção de mercadorias, ampliando o tempo de trabalho excedente, e assim, ampliando a taxa da mais-valia. Em outras palavras, com o investimento em meios de produção mais eficientes, o capitalista, pode produzir com 5 trabalhadores a mesma quantidade de mercadoria que produzia com 10 trabalhador. “Em termos da composição do valor, reduz-se relativamente o capital variável – empregado na força de trabalho – e aumenta-se o capital, empregado nos meios materiais de produção” (pg. 14). Nesse movimento de decréscimo de capital variável, há o crescimento da população trabalhadora não inserida no trabalho.

O processo de acumulação gera um crescimento da população de trabalhadores aptos ao trabalho condenados à ociosidade socialmente forçada, além do contingente de pessoas consideradas “[...] incapacitados para a atividade produtiva” (IAMAMOTO, 2001, pg. 15). Ou seja, gera uma superpopulação relativa a esse padrão de desenvolvimento,

[...] acirrando a concorrência entre os trabalhadores – a oferta e procura, com evidente interferência na regulação dos salários (ainda que sejam estes uma função da magnitude da acumulação). Dentre essa superpopulação relativa [...] encontram-se os segmentos intermitentes, sujeitos às oscilações cíclicas e eventuais de absorção e repulsa do trabalho nos centros industriais; a superpopulação latente na agricultura, fruto da redução de demanda de força de trabalho decorrente do seu processo de industrialização, não acompanhada de igual capacidade de absorção dos trabalhadores nos pólos urbano-industriais. Inclui-se também aquela parcela estagnada de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com “máximo de tempo de serviço e mínimo de salário”, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora. (Ibidem)

Há o crescimento do pauperismo, formado pela população miserável apta ao trabalho, mas que se encontra no desemprego, as crianças e adolescentes e os segmentos

de incapacitados (doentes, idosos etc.) para o trabalho que dependem para sobreviver da renda de todas as classes.

De forma resumida, Iamamoto (2001) argumenta que a questão social tem raiz no processo de produção e reprodução do capital, que produz o crescimento da miséria relativa ou absoluta para os trabalhadores, enquanto produz riqueza e acumulação de capital para os capitalistas.

A questão social é o conjunto de múltiplas expressões das desigualdades sociais na sociedade capitalista madura, perpassada pela emergência da classe operária exigindo no cenário político direitos relacionados ao trabalho e reconhecimento como classe, principalmente pelo Estado, e também é mediada pelas relações de gênero, étnico-raciais e formações regionais.

As lutas sociais exigindo a interferência do Estado na questão social vão dar origem a amplos direitos sociais, que se efetivam pelas políticas econômicas de orientações keynesianas, agregadas ao Fordismo, especialmente após 1945 com o estabelecimento de alianças entre as classes, que deram fôlego aos “30 anos de ouro” do capitalismo, resultando nas possibilidades históricas, políticas e econômicas do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social).

Netto (2011, p. 30) assevera que,

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorporam sistema de consenso variável, mais operante.

Na cena contemporânea, a crise dos anos de 1970 provocou alterações nas relações de produção e trabalho, no processo de mundialização do capital, que resultaram em mudanças nas relações entre Estado e sociedade. Iamamoto (2001) elenca quatro aspectos que resultam em novas mediações a questão social na contemporaneidade: 1 – o aumento da concentração de renda e da pobreza em decorrência da lógica da financeirização do regime de acumulação; 2 – a mudança do padrão taylorista-fordista pela “acumulação flexível” que afeta diretamente os processos de gestão e do mercado de trabalho, causando um rebaixando dos custos do trabalho (SALAMA, 1999; HARVEY, 1993 *apud* IAMAMOTO, 2001); 3 – aliada a esses dois aspectos, há as mudanças nas relações entre estado e sociedade, orientadas pelo neoliberalismo, que reduz o papel

interventor do estado através das privatizações e políticas focalizadas na extrema pobreza; 4 – mudanças nas formas de sociabilidade, “vive-se a “sociedade de mercado” (LECHNER, 1999) e os critérios de racionalidade do mercado – este tido como o eixo regulador da vida social – invadem diferentes esferas da vida social” (Idem, pg. 21).

A autora não defende uma “nova questão social”, mas, reconhece que há novas mediações circunscritas no processo de globalização capitalista que incidem em novas expressões da questão social, contudo, a questão social ainda tem base da lei geral da acumulação capitalista, onde a riqueza é socialmente criada, mas sua apropriação é privada. A sociedade capitalista ainda se funda no lucro, logo, as raízes da questão social se estrutura no seu seio. (IAMAMOTO, 2001)

Santos (2012) aponta que a consolidação do debate sobre “questão social” entre os assistentes sociais tem como conceituação hegemônica que ela resulta “[...] das relações de exploração do trabalho pelo capital” (pg. 432).

Esse é o nível universal do debate ancorado na análise marxiana sobre o modo de produção capitalista e as categorias trabalho e capital. Para compreender as manifestações da “questão social” é preciso, como diz a autora “[...] apanhar as mediações próprias da formação social” (SANTOS, 2012, pg. 433).

Tratando sobre as particularidades da “questão social” no Brasil, a hipótese de Santos (2012) é que, a questão social se expressa pela superexploração do trabalho e passividade das lutas sociais. Sobre a exploração do trabalho, um dos eixos da questão social, a flexibilização e precarização do trabalho normalmente são tratados enquanto fenômenos ligados as estratégias perante a crise de 1970, contudo, no Brasil a flexibilização e precarização “[...] do trabalho entre nós não pode ser creditada à crise recente do capitalismo” (pg. 434). Nas palavras da autora,

Isso significa dizer que ao contrário do que ocorria nos países cênicos — cujo padrão de proteção social reforçava a estabilidade dos empregos como condição para as excepcionais taxas de lucro do período fordista —, a flexibilidade/precariedade é erigida, no Brasil, como princípio estruturante dos postos de trabalho antes e durante o período fordista do capitalismo brasileiro. (Ibidem)

A análise de Santos (2012) está ligada a formação do mercado de trabalho no Brasil, que, segundo a autora, é flexibilizado e precarizado<sup>6</sup> desde o final da escravidão, acentuando-se a partir dos anos de 1930, Era Vargas, com a regulação do trabalho, e, principalmente na Ditadura Militar.

A hipótese de Santos (2012) sobre a superexploração do trabalho baseia-se nas considerações de Pochmann (2006, pg. 25 *apud* SANTOS, 2012, pg. 414) sobre o padrão de sociedade salarial incompleto que faz parte da formação do mercado de trabalho no Brasil, “[...] com traços marcantes de subdesenvolvimento, [a exemplo da] distinção entre assalariamento formal e informal [...], assim como a ampla presença de baixos salários e de grande quantidade de trabalhadores autônomos”. E também, nas considerações de Dedecca e Baltar (1992) sobre a “industrialização restringida”, que consolida o “[...] sistema de relações de trabalho no Brasil, estabelecido sob as bases corporativistas instituídas a partir da década de 1930, que atraem parcela dos trabalhadores rurais para os centros urbanos em formação” (SANTOS, 2012, pg. 435), entretanto, nesse processo de consolidação da industrialização e legislação trabalhista/corporativista, o percentual de trabalhadores formais organizados e protegidos pelas legislações eram poucos, “[...] em meio a uma imensa maioria de trabalhadores do campo e de marginalizados das cidades sem quaisquer direitos sociais” (MATTOSO, 1992, pg. 122 *apud* SANTOS, 2012, pg. 435 -436).

Diferentemente na consolidação de uma “sociedade salarial” definida por Castel, como aconteceu nos países europeus, no Brasil houve uma restrição das regulações de trabalho que sempre manteve o valor da força de trabalho baixo, o que demonstra o caráter da superexploração do trabalho no Brasil. Na ditadura militar, essa superexploração do trabalho, característica da formação do mercado de trabalho brasileiro, se acentuou com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS<sup>7</sup>, que substituiu a estabilidade no setor privado e intensificou a rotatividade ocupacional, que já era elevada, e a supressão dos direitos civis e políticos que atingiam o movimento sindical.

---

<sup>6</sup> Santos (2020) entende como flexibilização e precariedade do trabalho: “[...] inexpressividade e, em vários casos, ausência de regulação do trabalho; alta rotatividade nos postos de trabalho, subemprego; informalidade”. (pg. 434)

<sup>7</sup> Segundo Santos (2012, pg. 415) “O FGTS funciona por meio de um desconto em folha que arrecada previamente, como garantia, uma espécie de “poupança forçada” devida ao trabalhador demitido sem justa causa (e com menos de dez anos no emprego) sob forma de indenização equivalente ao salário de um mês de serviço para cada ano no emprego.

Outra característica da “questão social” no Brasil indicada por Santos (2012) é a passividade das lutas sociais, “[...] que historicamente foram mantidas sob controle do Estado e das classes dominantes” (pg. 437). Em relação ao movimento sindical, ressalta-se que no caso brasileiro, o movimento sindical não foi reconhecido como “[...] interlocutor das relações capital/trabalho” (Ibidem), pois, tivemos muitos períodos autoritários, e, nos períodos de democracia, os sindicatos não tiveram uma organização autônoma pela tendência corporativista estruturada desde os anos de 1930 na legislação trabalhista. Entretanto, a passividade das lutas sociais não está só relacionada ao corporativismo sindical, há na formação sócio-histórica brasileira vários processos de “revolução passiva”<sup>8</sup>.

A autora defende que na Era Lula, as características que particularizam a “questão social” no Brasil, superexploração do trabalho e passividade das lutas sociais, continuaram e foram aprofundadas pela via da precarização das ocupações, centralidade na assistência social, principalmente por meio de políticas de transferência de renda focalizadas na extrema pobreza e da cooptação dos sindicatos e movimentos sociais, por meio de suas lideranças, “[...] incorporadas à dinâmica governamental petista” (SANTOS, 2012, pg. 440).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos conclusivos, as matrizes teóricas metodológicas utilizadas pelos estudiosos e pesquisadores vão dar entendimentos diferenciados sobre a questão social, e, sobre as políticas de enfrentamento a suas expressões.

A tese do Castel se fundamenta no pensamento positivista quando afirma que a questão social é uma “dificuldade central”, o autor trabalha com a noção de uma harmonia social pela coesão na sociedade do pensamento de Emile Durkheim. A “nova questão social” se firma na degradação da sociedade salarial, na qual o sujeito era inserido pelo

---

<sup>8</sup> Categoria Gramsciana analisada no Brasil principalmente por Carlos Nelson Coutinho. De acordo com Santos (2012) os processos de revolução passiva no Brasil significam “[...] na base da parcialidade das mudanças ocorridas no processo de modernização capitalista brasileiro – que apresenta um caráter necessariamente conservador [...] – está uma estratégia recorrente de antecipação das classes dominantes aos movimentos reais ou potenciais das classes subalternas”. (pg. 437)

trabalho e na sua condição de assalariamento, por meio da flexibilização das relações de trabalho com a desestabilização dos estáveis, instalação da precariedade e o redescobrimo pelas sociedades europeias dos sobrantes.

A tese da questão social elaborada pelo nível da coesão social localiza a questão social em qualquer sociedade, para além da sociedade capitalista, onde haja contradições nos vínculos sociais.

As intervenções políticas na questão social de acordo com essa linha de pensamento devem buscar manter a coesão social na sociedade, ou seja, não há uma perspectiva de uma mudança radical nas relações entre capital e trabalho, é preciso intervir de uma forma que a “harmonia” social se mantenha em controle.

No serviço social brasileiro, a matriz teórica marxiana e marxista é hegemonicamente a base teórica metodológica de compreensão da realidade. A questão social é entendida como o conjunto de múltiplas expressões das desigualdades sociais na sociedade capitalista madura, perpassada pela eclosão da classe operária exigindo no cenário político direitos relacionados ao trabalho e reconhecimento como classe, principalmente pelo Estado, e, também é mediada pelas relações de gênero, étnico-raciais e formações regionais. (IAMAMOTO, 2001).

Tratando sobre as particularidades da “questão social” no Brasil, a hipótese de Santos (2012) é que, a questão social se expressa pela superexploração do trabalho e passividade das lutas sociais. A autora defende que na Era Lula, as características que particularizam a “questão social” no Brasil, superexploração do trabalho e passividade das lutas sociais, continuaram e foram aprofundadas pela via da precarização das ocupações, centralidade na assistência social, principalmente por meio de políticas de transferência de renda focalizadas na extrema pobreza e do cooptação dos sindicatos e movimentos sociais.

De forma resumida, hegemonicamente no Serviço Social entendemos que a questão social nasce na sociedade capitalista e só será definitivamente superada com a superação dessa sociedade. As intervenções na questão social por parte do Estado na questão social tendem a ter uma perspectiva universalista de garantia de direitos, ou tendem a ter uma perspectiva de mercantilização e focalização das políticas públicas. Entretanto, as duas tendências ainda não conseguem superar as expressões da questão social.

O Serviço Social brasileiro pauta-se numa perspectiva progressista de garantia de direitos pelo Estado ao cidadão. Entretanto, pela limitação do seu trabalho profissional, convive com as contradições da sociedade capitalista, onde, mesmo que a profissão esteja ligada aos movimentos de contestações a ordem do capital e contribua numa cultural de democratização das políticas sociais, ainda se encontra numa condição de assalariamento e se inserindo nos espaços ocupacionais do Estado Burguês.

## REFERÊNCIAS

CASTEL, Robert. As Transformações da Questão Social. *In: BÓGUS, Lucia, et al. (Orgs.). A questão social no contexto da globalização.* São Paulo: EDUC, Editora da PUC-SP, 2000. Pg. 235-264.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas Denominadas “Estado da Arte”. *In: Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 79, 2002.

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. *In: ABEPSS. Revista Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.* Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, pg. 9-32.

MOTA, A. E. Questão social e Serviço Social: um debate necessário. *In: O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.* São Paulo: Cortez, 2010, pg. 21 – 57.

NETTO, J. P. Estado e Questão Social no Capitalismo dos Monopólios. *In: Capitalismo Monopolista e Serviço Social.* 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2011, pg. 19-34.

PASTORINI, A. A Categoria “questão social” em debate. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v. 17)

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da questão social no Brasil: mediações para seu debate no governo Lula. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, pg. 430-449, jul./set. 2012.

*Recebido em: 01/11/2021*

*Aprovado em: 25/11/2021*

*Publicado em: 02/12/2021*